



Secretaria de Desenvolvimento
e Promoção do Investimento



ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E ANÁLISE PARA A GESTÃO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas **APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - REGIÃO MISSÕES**

Termo de Contrato Nº. 017/2013
Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI e DIEESE

MARÇO DE 2014



EXPEDIENTE DA AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO**Tarso Genro**

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Mauro Knijnik

Secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI):

Ivan De Pellegrin

Diretor-presidente

Diretoria de Produção e Inovação:

Sérgio Kapron

Diretor

Natanael Mücke

Diretor-adjunto

Luana Collet

Coordenadora do Projeto de Fortalecimento dos APL

Equipe técnica:

Daian Douglas Paiva de Souza

Fernando Schardong

Gisela Schuler

Heloisa Helena Weber

Ibes Eron Alvez Vaz

José Carlos Mello Mendes

Karla Ribeiro Studzinski

Luiz Gilberto Monclaro Mury

Mariana Bonelli

Murilo Freire

Pedro Santos Coelho de Souza

Raquel Zini Wondracek

Sandra Beatriz de Aguiar

Valquíria Meireles Tyska

Estagiários:

Bernhard Schlee

Juliana Mastrascusa Espíndola

AGDI - Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
End: Travessa Francisco de Leonardo Truda, 40 - 23º andar - Centro - Porto Alegre - RS.
Cep 90.010-050

Contatos: imprensa@sdpi.rs.gov.br - Tels: +55 (51) 3288-1000 (Geral)
info@agdi.rs.gov.br - + 55 (51) 3079-7000

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**Direção Técnica**

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Fernando Acura Martins – Supervisor do Núcleo de Produção de Informações
Ricardo Franzoi - Supervisor do Escritório Regional do Rio Grande do Sul
Patrícia Laczynski – Supervisora dos Observatórios do Trabalho
Anelise Manganelli - Técnica Responsável pelo Projeto
Fernando Murta Ferreira Duca – Técnico do Projeto

**Equipe Executora
DIEESE**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – 1º andar - Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179
E-mail: institucional@dieese.org.br
<http://www.dieese.org.br>

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
NOTA METODOLÓGICA	6
INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL.....	14
1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa.	14
1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento	15
1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas	23
2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR REGIÃO MISSÕES.....	31
CONCLUSÃO.....	33
REFERENCIAS	35
GLOSSÁRIO	36
GLOSSÁRIO DAS FAMÍLIAS OCUPACIONAIS.....	37
ANEXO 1	41

APRESENTAÇÃO

O presente documento configura-se no Relatório intitulado: “*Acompanhamento Conjuntural do Mercado de Trabalho e Atividades Econômicas - APL Agroindústria Familiar - Região Missões*”, produto previsto no plano de atividades do projeto: Elaboração de Instrumentos de Monitoramento e Análise para a Gestão da Política de Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, e a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - AGDI, formalizada através do Contrato nº. 17/2013 firmado no mês de setembro de 2013.

Este é o segundo de cinco relatórios de análise conjuntural do mercado de trabalho e atividades econômicas do APL Agroindústria Familiar Região Missões, sendo assim, a caracterização da estrutura do mercado de trabalho apresentada no boletim anterior não é replicada aqui. Este boletim está dividido em duas partes centrais, além dessa Apresentação, Nota Metodológica, Introdução, Conclusão, Glossário de Termos e Glossário de Famílias Ocupacionais, são elas: (1) Análise Conjuntural do emprego; (2) Análise dos Microempreendedores Individuais no APL. A saber, além destas duas seções, buscou-se realizar uma análise sobre o desempenho exportador do APL. Contudo, as exportações do APL no período analisado neste boletim foram bastante restritas. O único município do APL que exportou no período foi Porto Xavier. Em 2011 as exportações foram de US\$54.500 e 2013 de US\$1.696.182, concentradas em uma única atividade: *Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente*.

A parte 1 inicia traçando um panorama da dinâmica do mercado de trabalho e das atividades econômicas, no que tange ao comportamento das admissões e desligamentos e do saldo de vagas no período acumulado de setembro a novembro¹, comparando o APL com outros recortes geográficos e com o mesmo período de anos anteriores, que permitam uma análise comparativa do desempenho do APL. Em seguida, realiza-se uma análise específica do comportamento do mercado de trabalho, verificando o desempenho por perfil dos trabalhadores segundo atributos e dos vínculos de emprego, tempo médio de permanência no emprego, saldo por tamanho de estabelecimento, e salário médio.

A parte 2 traz informações sobre os Microempreendedores individuais, e analisa as características desta forma de inserção produtiva no APL, bem como sua distribuição segundo as atividades e o território do APL. Também é avaliada a participação do APL no total de MEIs do território.

¹ Último mês disponível durante a elaboração deste relatório.

NOTA METODOLÓGICA

Para a elaboração de análises de Arranjos Produtivos Locais se faz necessário a utilização de uma delimitação desse Arranjo, de modo que, oriente o levantamento, e conseqüentemente, a análise das informações pesquisadas. Todas as delimitações utilizadas no escopo do Projeto, do qual se insere esse relatório, seguem aquelas adotadas pelo Programa de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do estado do Rio Grande do Sul que possui a seguinte premissa: *“o governo não cria APLs, e sim, apoia a auto-organização das empresas, produtores, comunidades e instituições em arranjos produtivos locais”*².

Para obter esse reconhecimento de APL é necessário que os atores se organizem e elaborem uma série de documentos³, e de acordo com a Lei n. 13.839 de 5 de dezembro de 2011, compete ao Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT)⁴ definir os requisitos que habilitam a inclusão do APL no Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos locais, dentre eles a validação da delimitação dos municípios e das Atividades Econômicas. As delimitações para o APL Agroindústria Familiar - Região Missões estão descritos no Anexo 1 deste relatório.

Em relação ao estudo propriamente dito, cabe destacar que são dois os eixos principais em que ele se organiza: análise do mercado de trabalho formal e análise dos microempreendedores individuais. Todas as análises desenvolvidas neste boletim são de caráter conjuntural, abrangendo três meses (setembro a novembro). Não consta do objetivo deste boletim realizar uma análise estrutural, tal análise é parte integrante do Projeto, e por seu papel estratégico será realizada em Relatório específico⁵.

Para o estudo do mercado de trabalho do APL, a base de dados utilizada foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo que apresenta as admissões e desligamentos dos vínculos celetistas, e, portanto, adequada para a análise conjuntural (de fluxo), uma vez que as informações estão disponíveis mensalmente.

² Informações disponíveis no Portal da AGDI através do link: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=909> Acesso em 02/12/2013.

³ Para obter detalhes sobre o processo de reconhecimento de um APL, acesse: <http://www.agdi.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=914>. Acesso em: 02/12/2013.

⁴ O Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APL – NEAT –, coordenado pela AGDI, é composto por órgãos da Administração Direta e Indireta e representantes de instituições executoras de projetos e ações que promovam o fortalecimento das cadeias e arranjos produtivos locais.

⁵ Trata-se do produto 1.4 qual seja, um Relatório de análise decenal que atende justamente ao anseio de uma análise de estrutura econômica e do emprego mais profunda.

O Caged é um registro administrativo que faz parte do controle e da contabilidade necessária para implementar ou administrar programas ou projetos governamentais. A base de dados é gerenciada pelo Ministério do Trabalho e a cobertura está restrita ao mercado de trabalho formal (assalariados celetistas somente). Contudo, vale salientar que, embora o trabalho rural seja regulado por lei específica, a saber - lei 5.889 de junho de 1973 (Estatuto do Trabalhador Rural), regulamentada pelo Decreto 73.626 de 1974 e também pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, - o empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Ademais, a lei 11.718/08 proporcionou maior formalização do trabalhador, contemplando aqueles que trabalham por pequeno prazo, prevê registro na carteira de trabalho e no livro ou ficha de empregados. Nesse aspecto, torna-se relevante esclarecer que de acordo com o Manual do Caged⁶, devem ser declarados os “trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural”. Contudo, o Caged não possibilita, na consulta à sua base de dados, a separação entre estabelecimentos rurais e urbanos. Sendo assim, a maneira encontrada para contornar o problema foi elaborar uma tabulação dos saldos utilizando por tipo de estabelecimento disponível na base de dados. Este filtro, entretanto, é bastante restrito e somente diferencia o tipo de cadastro do estabelecimento. Dois são os tipos: CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e CEI (Cadastro Específico do INSS). O CNPJ é um número único que identifica uma pessoa jurídica e outros tipos de arranjo jurídico sem personalidade jurídica (como condomínios, órgãos públicos, fundos) junto à Receita Federal. O CNPJ é o cadastro geral, requerido da maior parte das empresas. Já o CEI tem escopo mais reduzido e é requerido somente de alguns tipos de estabelecimentos. O agricultor familiar enquanto segurado especial do INSS só necessita da matrícula CEI, sendo dispensado de ter CNPJ. No caso de produtores rurais, somente são obrigados a possuir registro no CNPJ a cooperativa ou associação de segurados especiais⁷. Contudo, não é possível afirmar com toda a certeza que todos os estabelecimentos cadastrados no CNPJ sejam urbanos, isto decorre principalmente do fato que para ser optante do Simples Nacional⁸ os estabelecimentos devem ser cadastrados no CNPJ. Ao menos todos os estabelecimentos cadastrados no CEI são rurais (à exceção dos estabelecimentos do ramo da construção civil). Apesar de não possibilitar afirmações

⁶ Manual do Caged, disponível em:

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A35F788440136972331997EB1/Manual_Caged_2012_vers%C3%A3oACI_13.pdf

⁷ Para mais informações sobre o CEI, consultar: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/defaultcei.htm>

⁸ Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que unifica em uma só guia de recolhimento os diversos tributos incidentes sobre as empresas. Foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Para mais informações consultar: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>. Para saber do Simples da Área Rural consultar:

http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/Cartilha%20-%20área%20rural_web.pdf

conclusivas, a separação entre CEI e CNPJ foi a forma encontrada para contornar o problema da identificação dos estabelecimentos rurais.

Ainda em relação à utilização do CAGED para a análise do meio rural, cabe destacar a questão da informalidade. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2012, a informalidade no meio Rural alcança níveis significativos, para o Brasil os trabalhadores informais chegaram a representar 60,1% da força de trabalho no campo. Para o Rio Grande do Sul, a situação é pouco melhor: 52,8% dos trabalhadores estão na informalidade. Esta é uma restrição da análise do CAGED, não contempla os trabalhadores sem carteira assinada, uma vez que trata-se de um registro administrativo. Não obstante, a única maneira de contornar o problema é a realização de pesquisa de campo para coleta de dados primários, já que não há, no Brasil, nenhuma base de dados de nível municipal que abranja trabalhadores sem carteira assinada. Por último, cabe salientar que a agricultura familiar possui regras rígidas de definição da unidade produtiva e da contratação de trabalhadores, para que não se perca o caráter ‘familiar’ da produção. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º estabelece que: “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.”

Além do mais, a Lei 11.718 de 20/06/2008 estabelece em seu artigo 9º que a contratação de mão de obra pode ocorrer por prazo indeterminado somente quando em associação a cooperativas, quando feita individualmente pelo agricultor familiar não pode exceder 120 dias/homens de trabalho por ano ou seja permite apenas o trabalho por curto prazo. Caso contrário perde-se a condição de Segurado Especial da previdência social. Visando avaliar qual o impacto desta restrição no contrato de trabalho sob as admissões, bem como estimar se há uma sazonalidade nas contratações, foi realizada uma análise a partir dos dados das admissões do APL por mês, separadas por atividade econômica para os anos de 2011, 2012 e 2013. Como aqui se preocupa somente com a sazonalidade

das atividades agrícolas, a tabulação foi feita considerando somente tais atividades. Os dados se encontram no Anexo 2⁹. Como pode ser visto pela análise dos dados, não há indícios de sazonalidade nas admissões de trabalhadores no APL. Analisando as contratações das atividades econômicas selecionadas, as agrícolas e diretamente derivadas destas, não foi possível encontrar nenhum período de concentração das admissões ou mesmo períodos com baixa admissão que destoe dos demais. Além do mais, cabe ressaltar que as baixas magnitudes das admissões das atividades agrícolas dificulta a análise de sazonalidade. Contudo, algumas atividades, notadamente *Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente* e *Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente*, apresentam oscilação constante nas admissões, mas sempre com baixa magnitude, o que sugere rotatividade nesta atividade. Portanto, foi feita uma tabulação igual a constante no Anexo 2, mas para os desligamentos. Os dados se encontram no Anexo 3. Como pode ser visto, os dados sugerem rotatividade no setor.

É importante salientar que, a partir de janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego passou a divulgar mensalmente o resultado do saldo de vagas do Caged com as informações de movimentações de admissão e de desligamento declaradas fora do prazo de competência, o que requer cautela na análise dos dados. Anteriormente, tais informações eram divulgadas apenas no final de cada ano. Após diversas simulações realizadas com as informações deste registro, observou-se que, em geral, metade das declarações do Caged, entregues fora de prazo pelas empresas, ocorre até o primeiro mês subsequente ao prazo legal de entrega. Com o intuito de melhor descrever a realidade, a partir das informações disponíveis, optou-se por incorporar nas análises baseados nos saldos do Caged - os dados ajustados (ou seja, as declarações fora de prazo), demarcando a extração sempre após a divulgação pelo Ministério do Trabalho, de pelo menos um mês após o período de referência da análise. Para superar essas questões, cada uma das tabelas e/ou gráficos apresentados nesse Boletim, a partir da base do Caged apresentam a data da extração da informação.

Visando propiciar uma análise comparativa do APL foram levantadas e sistematizadas informações para o Estado do Rio Grande do Sul e para anos anteriores a 2013. Quando a comparação dos dados do APL é feita com o Estado, deve-se entender o Estado como compreendendo as mesmas atividades econômicas do APL de referência, mas apenas os municípios que não fazem parte do

⁹As atividades que seguem não foram incluídas no gráfico, pois não apresentaram nenhuma admissão no período: *Atividades de Pós-Colheita; Cultivo de Uva; Fabricação de Açúcar em Bruto; Fabricação de Conservas de Frutas; Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes; Fabricação de Vinho.*

APL, o que elimina o viés de comparação. A análise conjuntural pauta-se no período que compreende os meses de setembro a novembro de 2011, 2012 e 2013.

O segundo eixo, os microempreendedores, é desenvolvido na seção subsequente, com os dados extraídos do Portal do Empreendedor que contém as informações relativas ao Microempreendedor Individual - MEI que é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Vale esclarecer que, para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano, e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Os dados relativos aos empreendedores individuais aqui apresentados referem-se à totalidade de dados disponíveis no Portal do Empreendedor, elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que representa registros de 2009 a 2014. Como nesta base não há a possibilidade de se acessar a série histórica, os dados disponibilizados se referem ao acumulado. Portanto, cada uma das tabulações constantes nesse relatório apresenta a data exata da extração dos dados, visto que essa é uma base atualizada diariamente.

INTRODUÇÃO

Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito típico da área de Economia Regional que busca compreender as vantagens advindas da aglomeração geográfica de diversas empresas para sua eficiência e competitividade. A origem do conceito pode ser encontrada na obra do economista inglês Alfred Marshall, na análise dos distritos industriais ingleses (VARGAS, s.d). Marshall foi o primeiro a perceber as vantagens advindas de tal aglomeração, o que denominou de eficiência coletiva. Essa importância da aglomeração de empresas veio a ser resgatada anos depois, sobretudo a partir do ano de 1980, para o desenho de políticas de desenvolvimento local. A partir de então, muito se avançou e diferentes visões sobre as aglomerações produtivas surgiram (VARGAS, s.d).

A mera concentração de empresas com atividades afins em um mesmo espaço geográfico é capaz de gerar ganhos para as empresas chamados de economias de aglomeração. Tais economias de aglomeração têm origem na cooperação, formal e tácita, entre as empresas, e não somente atividades individuais. Com o tempo este fenômeno da aglomeração geográfica de empresas passou a ser mais estudado e ganhou forma sob o conceito de Arranjo Produtivo Local, passando a abranger as mais diversas atividades econômicas. Para este trabalho o conceito adotado de APL se refere: “às aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social” (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Atualmente, os APLs são reconhecidos como um poderoso mecanismo do desenvolvimento regional e diversas esferas de governo possuem políticas públicas voltadas para o fomento deste. No caso do Rio Grande do Sul verifica-se uma longa tradição na criação de arranjos cooperativos, que data do século XIX (AGDI, 2013), com as cooperativas agrícolas. Essa tradição se manteve ao longo de diversos governos e recentemente recebeu um novo estímulo. A política industrial do Estado, composta de vários eixos temáticos e programas de ações, tem o APL como um de seus elementos centrais. O fomento aos APLs do Estado consta como uma das principais ações da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação (um dos eixos da Política Industrial) que o compreende como instrumento prioritário para a promoção do “desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. No âmbito da Política, o desenvolvimento econômico é buscado através do adensamento de cadeias e arranjos produtivos, da cooperação entre empresas, e destas com

instituições do cooperativismo, da economia popular e solidária, da autogestão, do aprendizado coletivo, da inovação e da cultura exportadora” (AGDI, 2013, p. 30). Sendo assim, a Política é dividida em dois eixos centrais: o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs) e o Programa de Redes de Cooperação (PRC).

No âmbito do Programa de APLs a empresa é compreendida “a partir de uma perspectiva coletiva e territorial sob a premissa de que os vínculos de cooperação entre instituições dos setores privado, cooperativo, público, de ensino e pesquisa e de organizações sem fins lucrativos potencializam as estratégias singulares de competição e fomentam o desenvolvimento da economia da região” (AGDI, 2013, p. 31). Como pode ser visto, segundo a política, a empresa é o ator principal do APL, origem de todos os intercâmbios e vínculos típicos do arranjo. Com este arcabouço desenvolvido, o programa tem como objetivo principal, através do fomento dos APLs, os programas de desenvolvimento setorial e a política de combate às desigualdades regionais.

Como pode ser visto, o programa tem uma base teórica robusta como fundamento, bem como objetivos audaciosos. A fim de alcançar estes objetivos o programa tem como principal ferramenta a capacitação dos APLs e sua gestão, representada pela governança. Para tanto o governo do Estado estruturou dois fundos de recursos para possibilitar tal organização, que podem ser separados em dois principais: Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio Grande do Sul (PROREDES BIRD) e Fundo de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (FUNDOAPL). O PROREDES BIRD se insere em um contexto mais amplo do que o aporte de recursos aos APLs, tendo como objetivo a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul por meio da execução de políticas públicas de modernização da gestão pública, de desenvolvimento do setor privado, da qualificação do ensino público e da melhoria dos transportes. Na área de desenvolvimento do setor privado que se encaixa o fortalecimento dos APLs, que têm acesso a um aporte inicial de recursos de modo a possibilitar a organização mais rápida possível dos APLs enquadrados no programa. Sendo assim, o objetivo principal dos recursos do PROREDES BIRD para os APLs é a estruturação a governança e elaboração do Plano de Desenvolvimento e/ou de Marketing dos arranjos. Procura-se, desta forma, estimular a auto-organização de empresas, trabalhadores e instituições em APLs, com governança participativa, coordenação e agenda de ações próprias. Já o FUNDOAPL criado pela Lei 13.840 de 05/12/2012 e regulamentado pelo Decreto 50.562 de 14/08/2014, destina recursos a ações e projetos dos cooperados dos APL que busquem beneficiar um grupo ou conjunto de produtores e empreendimentos da base do Arranjo. Estas ações e projetos vão desde investimentos fixos, capital de giro, tecnologia e agregação de valor à produção por meio da industrialização à disponibilização de serviços técnicos, tecnológicos,

de metrologia, de extensão e capacitação. A lista completa de ações englobadas pelo fundo se encontra no Regulamento supracitado. Apesar de contar com recursos das mais diversas origens, o fundo tem como principal fonte de financiamento aportes das empresas participantes dos APLs. A empresa que aportar recursos ao fundo, receberá crédito fiscal em igual montante aos recursos deste aporte. Este fundo, contudo, ainda não se encontra em execução, apesar de estar com todos suas normas jurídicas já estabelecidas.

Como se percebe a partir da análise acima, as políticas públicas voltadas para os APLs do Estado contemplam as diversas fases do fomento dos Arranjos, explicitando os conceitos e mecanismos que utiliza. Os objetivos são claros, bem como a maneira de alcançá-los. Neste ínterim que se insere este boletim de análise conjuntural que tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento das políticas ao analisar o movimento conjuntural do mercado de trabalho e das exportações do APL, uma vez que as flutuações fornecem boas aproximações do desempenho do mesmo. A compreensão mais apurada da realidade local permite que o gestor público atue de forma a buscar soluções para os desafios encontrados pelo Arranjo, tendo como norte a promoção constante do desenvolvimento local.

1. ANÁLISE CONJUNTURAL DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO APL

Nessa seção são abordados os saldos (admissões subtraídas às demissões) do emprego formal no período entre os meses setembro a novembro de 2013. Para efeito de comparação, os saldos dos vínculos empregatícios no APL serão analisados frente aos saldos totais do Rio Grande do Sul (exceto os municípios que compõem o APL) e do Brasil (exceto os municípios que compõem o APL) para as mesmas atividades econômicas desenvolvida no APL.

1.1. Comportamento do mercado de trabalho forma: uma análise comparativa.

Os números gerais do saldo de empregos formais para os meses de setembro a novembro, dos anos de 2011 a 2013 se encontram na Tabela 1. A fim de possibilitar uma avaliação mais geral sobre o desempenho do APL Agricultura Familiar Missões, seus dados de saldo foram colocados em perspectiva com os dados para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Como já ressaltado, os dados para o Brasil e o Rio Grande do Sul levam em conta somente as mesmas atividades econômicas desempenhadas no APL e não contemplam os municípios do mesmo. Ao se utilizar as mesmas atividades econômicas como comparação, possibilita-se uma análise mais fidedigna do desempenho do APL, pois tais atividades, em certa medida, estão sujeitas aos mesmos efeitos advindos do cenário macroeconômico e de políticas econômicas federais. A exclusão dos municípios do APL das outras regiões elimina o viés de comparação na análise.

O saldo de empregos formais para os meses de setembro a novembro, dos anos de 2011 a 2013 retratam, em termos gerais, a dinâmica do mercado de trabalho. No Brasil, no período analisado, verifica-se desaceleração contínua na geração de vagas. O saldo de emprego sai de um patamar de 64.077 vagas em 2011 para 16.595 em 2013. A redução entre 2011 e 2012 é da ordem de 45% e entre 2012 e 2013 53%. Em relação ao Rio Grande do Sul, a dinâmica dos saldos de emprego para o período em análise chama atenção pelos resultados pronunciadamente negativos. Há expressiva redução no saldo de empregos formais em todos os anos. Em 2011 e 2013 apresentaram saldo negativo semelhante, com o destaque cabendo a 2012 com saldo negativo de -2.424 vagas, aproximadamente três vezes maior que o saldo de cada um dos dois outros isoladamente.

O APL Agroindústria Familiar Região Missões, por outro lado, apresenta dinâmica diferente. Assim como para o Estado, 2012 é o ano de pior desempenho entre os analisados; já 2011 e 2013 apresentam saldos semelhantes. Contudo, no caso do APL, os saldos foram todos positivos e de menor magnitude. Ao considerar também os dados do boletim anterior, ou seja, os saldos dos meses de janeiro a agosto de 2011, 2012 e 2013 vemos que 2013 é um ano de recuperação e aceleração no

mercado de trabalho do APL. Entre 2011 e 2012 ocorre queda significativa no saldo de empregos formais, situação que será plenamente revertida em 2013, que obteve saldo superior inclusive a 2011.

TABELA 1
Saldo de empregos formais
Brasil, Rio Grande do Sul e APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Atividades Econômicas do APL	2011	2012	2013
APL	38	5	33
Rio Grande do Sul	-818	-2.424	-816
Brasil	64.077	35.184	16.595

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada 23/01/2014
Elaboração: DIEESE

1.2. Comportamento do Mercado de Trabalho Formal segundo municípios, atividade econômica e tamanho do estabelecimento

O comportamento da geração de vagas no mercado formal, segundo os municípios do APL, ratifica a importância de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga para o Arranjo, como os dados da RAIS 2012 e do Caged mostraram no último boletim. No período analisado neste boletim- meses de setembro a novembro- em 2013 Santo Ângelo (20) e São Luiz Gonzaga (11) registraram juntos, 31 novas vagas, quase a totalidade das 33 novas vagas do APL (Tabela 2). Em relação à extinção de vagas, percebe-se que estas foram mais pulverizadas entre os municípios, cabe citar somente São Pedro do Butiá, com saldo negativo de -5 vínculos, de um saldo total de -12 gerado por oito municípios.

Já em relação a 2011 e 2012, notam-se algumas diferenças. Em 2011 Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga perdem o protagonismo e Cerro Largo, com saldo de 11 empregos, foi o município com o maior saldo. Os dois municípios, com saldo positivo de duas vagas cada, obtiveram pouca relevância no saldo deste ano. Em 2012, mesmo com um protagonismo um pouco maior, os dois municípios ficam atrás de Bossoroca (com saldo positivo de 6 empregos). Em relação ao boletim anterior chama atenção a diminuição do destaque de Santo Ângelo para a formação do saldo total.

TABELA 2
Saldo de empregos formais segundo municípios
Municípios que compõe o APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011,
2012 e 2013

Município	2011	2012	2013
Bossoroca	4	6	6
Caibaté	2	-3	0
Cerro Largo	11	-4	-3
Dezesseis de Novembro	-2	0	0
Entre-Ijuís	2	1	1
Eugênio de Castro	0	0	2
Garruchos	0	1	1
Girua	2	0	-1
Guarani das Missões	0	0	1
Mato Queimado	0	-2	0
Pirapó	0	0	-2
Porto Xavier	1	0	1
Rolador	1	0	0
Roque Gonzales	3	-1	4
Salvador das Missões	3	2	-1
Santo Ângelo	2	4	20
Santo Antônio das Missões	3	-6	-3
São Luiz Gonzaga	2	3	11
São Miguel das Missões	0	2	3
São Nicolau	0	2	-1
São Paulo das Missões	0	4	-1
São Pedro do Butiá	4	-4	-5
Sete de Setembro	0	0	0
Ubiretama	0	0	0
Vitória das Missões	0	0	0
Total	38	5	33

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.
 Elaboração: DIEESE

Na análise das atividades econômicas que compõe o APL Agroindústria Familiar Região Missões, verifica-se, que em 2013, a *Criação de Bovinos e Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* obtiveram grande destaque na geração de vagas. A primeira atividade foi responsável por 15 vagas e a segunda por 24, a soma de ambas foi, inclusive, maior que o saldo total de vagas do APL. (Tabela 5). Estes dados mostram que a tendência observada no boletim anterior se manteve para estas duas atividades. A principal diferença em relação ao boletim anterior fica por conta de *Criação de Suínos*, com saldo de -3 vagas no período.

Na comparação do mesmo período com os anos de 2011 e 2012 verifica-se que as atividades de *Criação de Bovinos* e de *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* foram as que obtiveram os melhores saldos. Somente em 2012, a *Criação de Bovinos* apresentou

saldo negativo (-3), contudo há que se levar em conta que foi o ano de pior desempenho para o APL. Em 2011, a *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* também apresentou saldo negativo, de -1. Mesmo com os saldos negativos, estas foram as atividades responsáveis por manter o saldo de vagas positivo no período. Estas atividades também têm importante participação no estoque total de vínculos, respondendo, juntas, por 48,5% dos vínculos em 2012 (segundo dados da RAIS apresentados no Boletim anterior). Por último cabe destacar que a *Criação de Suínos*, apesar dos saldos negativos em 2012 e 2013 possui importante participação no estoque de vínculos (segundo dados da RAIS 2012 constantes no boletim anterior), bem como dos saldos do período de janeiro a agosto de 2013 (dados do Boletim anterior).

TABELA 3
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Classe de Atividade Econômica	2011	2012	2013
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	1	-2	-2
Criação de Bovinos	18	-3	16
Criação de Suínos	15	-7	-3
Preparação do Leite	2	0	1
Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	1	0	0
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	0	0	1
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-1	0
Fabricação de Produtos de Panificação	1	2	-1
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-1	14	24
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	1	3	-3
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	0	-1	0
Total	38	5	33

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram movimentação no saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

A fim de melhor compreender a distribuição dos saldos no APL, foi organizada uma tabulação contendo os principais municípios e classes de atividade econômica em termos de concentração de tais saldos. Foram selecionados os quatro principais municípios e classes de atividade econômica, os dados seguem na Tabela 4. Como pode ser visto, os saldos dos municípios são concentrados em poucas, ou mesmo uma só atividade. Bossoroca apresenta saldo somente para *Criação de Bovinos*; Santo Ângelo tem seu saldo concentrado em *Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente*; São Luiz Gonzaga divide grande parte do seu saldo entre *Criação de Bovinos* e *Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente*; por último, São Pedro do Butiá apresenta saldo somente para *Criação de Suínos* (à exceção do ano de 2013, onde há o saldo de 1 para *Fabricação de Produtos de Panificação*). Estas atividades econômicas citadas

acima são preponderantes nestes municípios, respondendo pela maior parte dos saldos (positivos ou negativos). Apesar de explicar em quais atividades estão concentrados os saldos dos municípios selecionados, a Tabela 4 não tem a mesma eficácia para explicar em quais municípios estão concentrados os saldos das atividades. A única atividade que está concentrada nos municípios selecionados é *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* com saldo concentrado em Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. As outras três atividades também apresentam concentração nos quatro municípios, ainda que esta concentração oscile no período estudado.

TABELA 4
Saldo de empregos formais, segundo atividades econômicas e municípios selecionados
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

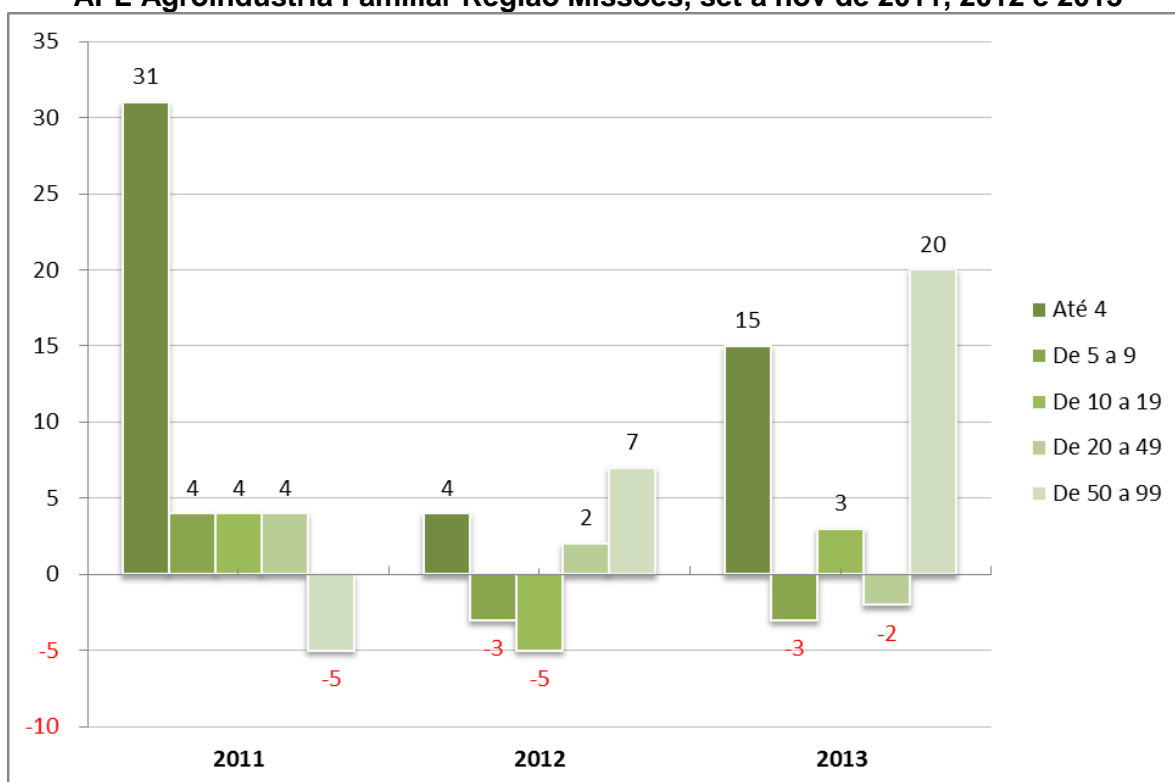
Município	Classe de Atividade Econômica	2011	2012	2013
Bossoroca	Criação de Bovinos	4	6	6
	Criação de Suínos	0	0	0
	Fabricação de Produtos de Panificação	0	0	0
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	0
	Subtotal	4	6	6
	Total	4	6	6
Santo Ângelo	Criação de Bovinos	4	-1	3
	Criação de Suínos	1	-3	1
	Fabricação de Produtos de Panificação	-1	-3	-2
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-2	8	20
	Subtotal	1	1	22
	Total	2	4	20
São Luiz Gonzaga	Criação de Bovinos	1	-5	6
	Criação de Suínos	0	1	0
	Fabricação de Produtos de Panificação	0	3	3
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	1	5	4
	Subtotal	2	4	13
	Total	2	3	11
São Pedro do Butiá	Criação de Bovinos	0	0	0
	Criação de Suínos	4	-4	-6
	Fabricação de Produtos de Panificação	0	0	1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	0
	Subtotal	4	-4	-5
	Total	4	-4	-5
APL	Criação de Bovinos	18	-3	16
	Criação de Suínos	15	-7	-3
	Fabricação de Produtos de Panificação	1	2	-1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-1	14	24
	Subtotal	33	6	36
	Total	38	5	33

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 07/02/2014.
Elaboração: DIEESE

Na análise do desempenho dos saldos segundo tamanho dos estabelecimentos, destaca-se aqueles estabelecimentos com 50 a 99 vínculos, que responderam por 60,6% do saldo do período em 2013. Além destes estabelecimentos maiores, os que apresentaram até quatro vínculos responderam por 45,5% do saldo de 2013 (Gráfico 1). Percebe-se que em 2012 o padrão se repete, com os estabelecimentos com 50 a 99 empregados respondendo pela maior parte do saldo, seguido pelos estabelecimentos com até quatro vínculos. Interessante notar que este padrão não bate com os dados de estoque de emprego de 2012 oriundos da RAIS, onde os estabelecimentos com 50 a 99 empregados respondem pela menor parte do estoque. Os dados conjunturais, então, parecem indicar um aumento da participação destes estabelecimentos no emprego total. Já os dados de 2011 se parecem mais com os da RAIS, com os estabelecimentos com até quatro vínculos respondendo pela maior parte do saldo.

Em relação ao boletim anterior, que trata dos meses de janeiro a agosto, há diferenças expressivas. Nos anos de 2012 e 2013, onde os estabelecimentos com 50 a 99 empregados aparecem com saldo positivo, no boletim anterior aparecem com saldo negativo, e vice-versa. Além do mais, no boletim anterior os estabelecimentos menores aparecem respondendo pela maior parte do saldo, sobretudo os aqueles com até quatro vínculos.

GRÁFICO 1
Saldo de empregos formais segundo tamanho do estabelecimento⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Tamanho do estabelecimento é definido segundo número de vínculos ativos.

Na tabela 5 é realizado o recorte simultâneo de tamanhos de estabelecimento e atividades econômicas. Como o APL é voltado somente para a agroindústria familiar, realizou-se tal tabulação buscando contornar a limitação da base de dados do Caged de separar as atividades de agroindústria de outras atividades em geral. Como na base do Caged não é possível separar os estabelecimentos entre rurais e urbanos e nem por natureza jurídica, esta tabulação separa os estabelecimentos por tamanho, pois se espera que estabelecimentos de agroindústria familiar sejam menores. Contudo, está é somente uma aproximação que não permite retirar análises conclusivas. A título de exemplo, podem estar incluídas nos estabelecimentos com muitos empregados as cooperativas, que são um estabelecimento típico de agroindústria familiar, mas que segundo a tabulação por tamanho de estabelecimento poderia aparecer como não sendo. Em relação aos dados, percebe-se que os estabelecimentos com até 4 e com entre de 5 a 9 empregados são os que apresentam maior diversificação de atividades econômicas. Das onze atividades que apresentaram saldo no período em análise, sete delas possuem estabelecimentos com até 4 empregados e oito delas estabelecimentos com 5 a 9 empregados. Já os estabelecimentos maiores, com 20 ou mais empregados, somente apresentam estabelecimentos em duas atividades: *Criação de suínos* e *Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente*, que também constam nos estabelecimentos com menos de 10 empregados.

TABELA 5
Saldo de empregos formais, segundo tamanho dos estabelecimentos e atividades econômicas⁽¹⁾

APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Tamanho	Classe de atividade econômica	2011	2012	2013
ATE 4	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	2	-2	-2
	Criação de Bovinos	19	-3	12
	Criação de Suínos	7	-2	6
	Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	1	0	0
	Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	0	0	1
	Fabricação de Produtos de Panificação	1	2	1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	1	6	0
	Total	31	1	18
DE 5 A 9	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	-1	0	0
	Criação de Bovinos	1	0	-2
	Criação de Suínos	1	-5	-4
	Preparação do Leite	1	1	0
	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-1	0
	Fabricação de Produtos de Panificação	1	2	-1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	0	4
	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	1	0	0
Total	4	-3	-3	
DE 10 A 19	Criação de Bovinos	-2	0	6
	Fabricação de Produtos de Panificação	-1	-2	0
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	2	0	0
	Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	0	-1	0
	Total	-1	-3	6
DE 20 A 49	Criação de Suínos	4	3	-2
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	0	-1	0
	Total	4	2	-2
DE 50 A 99	Criação de Suínos	-1	-2	0
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-4	9	20
	Total	-5	7	20
APL	Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas Anteriormente	1	-2	-2
	Criação de Bovinos	18	-2	15
	Criação de Suínos	15	-7	-3
	Preparação do Leite	2	0	1
	Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	1	0	0
	Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	0	0	1
	Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-1	0
	Fabricação de Produtos de Panificação	1	2	-1
	Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-1	14	24
	Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	1	3	-3
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Espec	0	-1	0	
Total	38	5	33	

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 07/02/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram movimentação no saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

Ainda buscando contornar o problema da identificação foi feita uma tabulação dos saldos de emprego por CEI e CNPJ. Esta tabulação aproxima-se dos estabelecimentos rurais, dado que não há CNAEs de construção civil ou semelhantes, sendo assim, todos os estabelecimento inscritos sob o CEI são rurais; Como esperado, as atividades tipicamente rurais (*Cultivo de Plantas de Lavoura*

Temporária não Especificadas Anteriormente, Criação de bovinos e Criação de Suínos) possuem quase a totalidade de seu saldo em estabelecimentos matriculados na CEI. A atividade *Preparação do Leite*, que poderia ser considerada rural à primeira vista, não possui saldo em estabelecimentos matriculados no CEI. Contudo, esta atividade compreende o beneficiamento e envase do leite, não sendo, portanto, de caráter rural. As demais atividades que poderiam ser consideradas rurais, principalmente *Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados e Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados anteriormente*, apresentam a totalidade de seu saldo em estabelecimentos matriculados no CNPJ, o que indica que são atividades urbanas.

TABELA 6

Saldo de empregos formais, segundo tipo dos estabelecimentos e atividades econômicas⁽¹⁾
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Classe de atividade econômica	Cnpj				CeI			
	2011	2012	2013	Total	2011	2012	2013	Total
Cultivo de Plantas de Lavoura Temporária não Especificadas								
Anteriormente	0	0	0	0	1	-2	-2	-3
Criação de Bovinos	1	0	0	1	17	-3	16	30
Criação de Suínos	-1	-1	0	-2	16	-6	-3	7
Preparação do Leite	2	0	1	3	0	0	0	0
Fabricação de Farinha de Mandioca e Derivados	1	0	0	1	0	0	0	0
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	0	0	1	1	0	0	0	0
Moagem e Fabricação de Produtos de Origem Vegetal não Especificados Anteriormente	0	-1	0	-1	0	0	0	0
Fabricação de Produtos de Panificação	1	2	-1	2	0	0	0	0
Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente	-1	14	24	37	0	0	0	0
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	1	3	-3	1	0	0	0	0
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis	0	-1	0	-1	0	0	0	0
Total	4	16	22	42	34	-11	11	34

Fonte: MTE.Caged. Consulta realizada em 07/02/20140

Elaboração: DIEESE

(1) Nesta tabela somente constam aquelas atividades que apresentaram movimentação no saldo de empregos em pelo menos um dos três períodos analisados. Para consultar todas as atividades que compõem o APL, ver o Anexo 1.

1.3. Comportamento do mercado de trabalho formal segundo características dos trabalhadores e das vagas

Em relação à composição do saldo segundo sexo, percebe-se que, no período analisado, os homens são mais suscetíveis às flutuações de emprego que as mulheres. Em 2011 e 2013, anos de saldos mais expressivos, a maior parte do saldo é composta de homens. Já em 2012, ano do menor saldo, os homens tiveram resultado negativo. Além do mais, em 2011 e 2013 o saldo do sexo masculino foi basicamente idêntico (27 em 2011 e 28 em 2013), com um intervalo negativo em 2012. Já as mulheres que apresentaram saldo igual em 2011 e 2012 (11) em 2013 apresentaram queda (5) em relação aos anos anteriores (Tabela 7). Ao se comparar esta situação com o Boletim anterior, que contém dados de janeiro a agosto dos mesmos anos, percebe-se uma mudança significativa. Primeiramente, os saldos apresentados em tal Boletim foram maiores e, além disto, em termos gerais, as mulheres obtiveram saldos maiores. Em 2011 e 2012 o saldo feminino largamente superior ao masculino, que somente se iguala em 2013, tornando-se ligeiramente superior.

Ao se tratar do nível de escolaridade dos trabalhadores que ocuparam as novas vagas, nota-se que aqueles com Ensino Médio completo se destacam em relação aos outros, sobretudo em 2013, quando apresentam saldo de 28 vagas em um total de 33. Nenhum outro nível de escolaridade apresenta resultados gerais na mesma magnitude, principalmente em 2013. Após a escolaridade Ensino Médio Completo, as que vem em sequência são Fundamental Completo com o segundo maior saldo de 2013 (6) e o maior saldo de 2011. Já em relação aos menores saldos, inicialmente destaca-se que os saldos negativos são de pequena magnitude e fortemente concentrados em 2012 e presentes somente nos trabalhadores com escolaridade da 6^a a 9^a série do Ensino Fundamental completo até analfabetos. Já os trabalhadores com Ensino Superior Completo e Incompleto, apresentaram saldos pequenos, mas positivos (Tabela 7).

Por último, analisa-se a faixa etária dos trabalhadores. Como mostram os dados, a concentração dos saldos, em 2013, ocorre em trabalhadores mais jovens. Aqueles com 18 a 24 anos representaram saldo de 21 vagas de um total de 33 no APL. Em sequência vêm empregados com até 17 anos (7). Em relação aos anos anteriores, há algumas diferenças. A principal se refere aos trabalhadores de 40 a 49 anos, que possuem participação importante no saldo total (6 em 2012 e 16 em 2011), sendo, inclusive a faixa etária com maior saldo nestes períodos. Mesmo assim, os trabalhadores de 18 a 24 anos continuam com relevância, sendo responsáveis pelo segundo maior saldo nestes períodos. Por último, cabe destacar que no Boletim anterior a situação sofreu certa modificação. Em 2013 os

saldos se concentram em trabalhadores com mais de 24, já para 2011 e 2012 a preponderância do saldo foi em trabalhadores mais jovens, sobretudo menores de 25 anos.

TABELA 7
Saldo de empregos formais segundo características do trabalhador
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Características do Trabalhador	2011	2012	2013
Homens	27	-6	28
Mulheres	11	11	5
Analfabeto	0	-2	-1
Até 5ª Incompleto	1	-5	3
5ª Completo Fundamental	3	-2	0
6ª a 9ª Fundamental	10	-7	-5
Fundamental Completo	12	2	6
Médio Incompleto	1	7	0
Médio Completo	10	5	28
Superior Incompleto	0	4	2
Superior Completo	1	3	0
Até 17 anos	2	2	7
18 a 24 anos	10	3	21
25 a 29 anos	4	-1	4
30 a 39 anos	4	-2	2
40 a 49 anos	16	6	0
50 a 64 anos	3	-3	-2
65 anos ou mais	-1	0	1
Total	38	5	33

Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.

Elaboração: DIEESE

Em relação aos dados das contratações por família ocupacional, fica claro a preponderância dos *Alimentadores de Linhas de Produção* na composição do saldo total do APL, respondendo por quase metade deste (16 em um total de 33). Em sequência, há os *Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral* têm saldo de 9 vínculos, também se destacando das demais ocupações. Estas duas ocupações somadas respondem por 75,8% do saldo total. As demais ocupações não apresentam nenhum grande destaque, com saldos bem semelhantes. Em relação às famílias ocupacionais que mais extinguiram vagas, a única que merece destaque é *Trabalhadores da Pecuária de Grande Porte*, com saldo negativo de -6. Já as demais famílias possuem saldos muito similares, a grande maioria de -1 (Tabela 8).

Para os anos de 2012 e 2011 nota-se diferenças importantes. Primeiramente a família ocupacional *Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral* em 2012 apresentam o menor saldo, e em 2011, o maior. Em 2012 a concentração também é maior, com *Alimentadores das Linhas de Produção* com saldo de 11 vagas (para um saldo total de 5). O mesmo ocorre em 2011, mas em

maior magnitude. *Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral* apresenta saldo de 18 vagas em um total de 38. Cabe notar ainda que no Boletim anterior, assim como no atual, a importância da família *Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral* possui grande relevância para o saldo.

TABELA 8
Saldo das famílias ocupacionais⁽¹⁾ com maior e menor saldo de vagas
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013

Família Ocupacional	2011	2012	2013
Alimentadores de Linhas de Produção	-5	11	16
Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral	18	-10	9
Auxiliares de Laboratório da Saúde	2	1	5
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	2	0	5
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	0	1	3
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	0	3	3
Padeiros, Confeiteiros e Afins	2	1	3
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	0	1	2
Laboratoristas Industriais Auxiliares	0	0	2
Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas	0	0	1
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo positivo	19	8	49
Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte	-8	0	-6
Padeiros, Confeiteiros e Afins	-1	1	-2
Engenheiros de Alimentos e Afins	1	0	-1
Farmacêuticos	0	1	-1
Técnicos de Vendas Especializadas	1	-1	-1
Supervisores de Serviços Financeiros, de Câmbio e de Controle	0	0	-1
Operadores de Máquinas na Fabricação de Artefatos de Tecidos e Couros	-1	0	-1
Operadores de Máquinas Inst. Produtos Farm. Cosméticos e Afins	0	-2	-1
Mantenedores de Elevadores, Escadas e Portas Automáticas	0	0	-1
Contínuos	0	1	0
Subtotal das 10 Famílias com maior saldo negativo	-8	0	-15
Saldo das demais Famílias Ocupacionais	27	-3	-1
Total	38	5	33

Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 23/01/2014

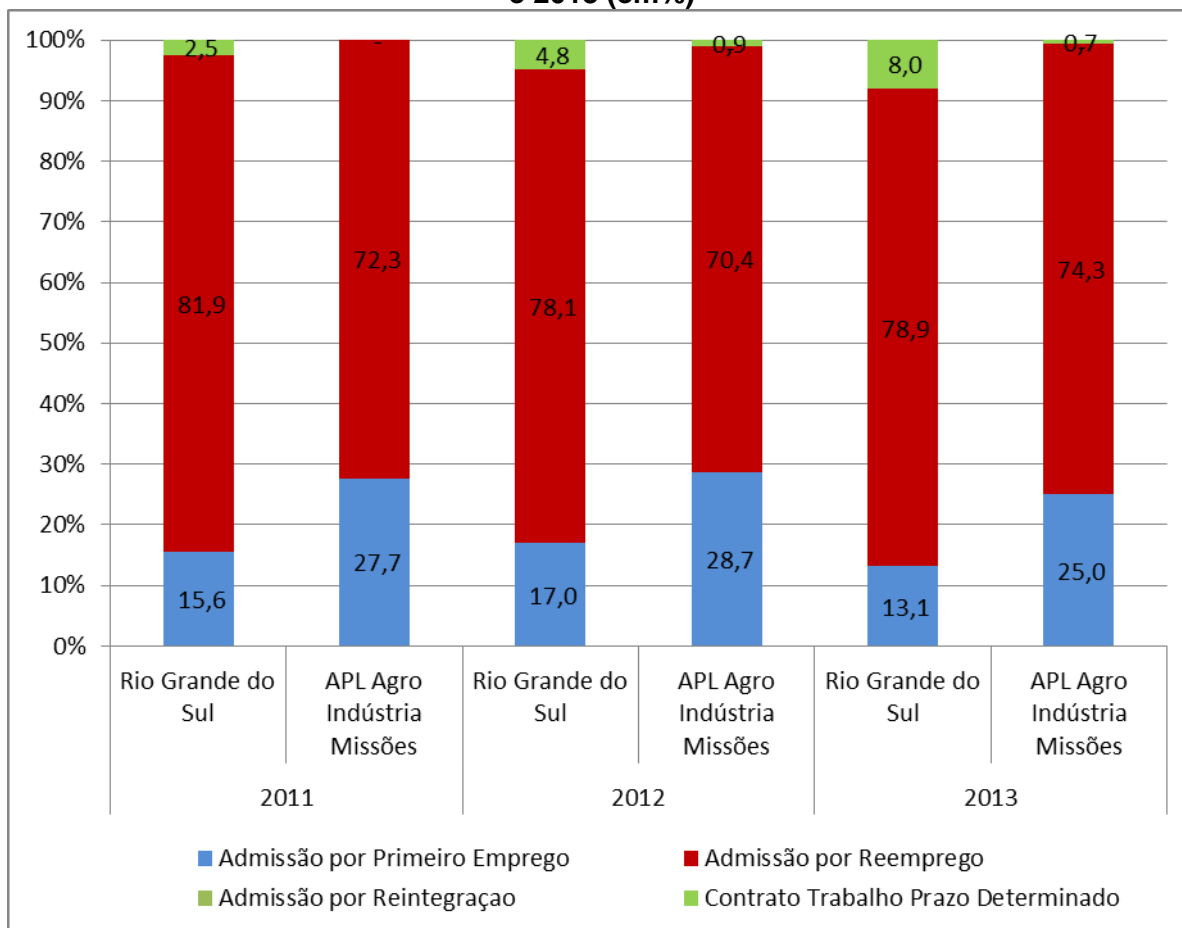
Elaboração: DIEESE

(1) Para obter a descrição sumária das atividades desenvolvidas por cada uma das Famílias ocupacionais apresentadas, bem como, a formação e experiência exigida para exercer as respectivas atividades conforme Código Brasileiro de Ocupações vide o Glossário de Famílias Ocupacionais no final deste relatório.

Os admitidos por reemprego representam no período analisado, em 2013, 72,3% das contratações no APL, enquanto as admissões por primeiro emprego totalizaram 27,7%. Em comparação com as admissões ocorridas no estado em 2013 (naquelas atividades econômicas que compõe o APL excluídos o território do Arranjo), percebe-se que no APL são oferecidas mais oportunidades de primeiro emprego (27,7% contra 15,6%). Com algumas pequenas oscilações, o mesmo ocorre nos anos de 2011 e 2012. Importante notar que mesmo em comparação com os dados do Boletim 1, há

pouca diferença; há mudança mais significativa se deve ao fato que para os dados de janeiro a agosto, admissões por primeiro emprego representam um parcela maior do total.

GRÁFICO 2
Distribuição das admissões segundo o tipo
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012
e 2013 (em%)



Fonte: MTE/Caged Consulta realizada em 23/01/2014

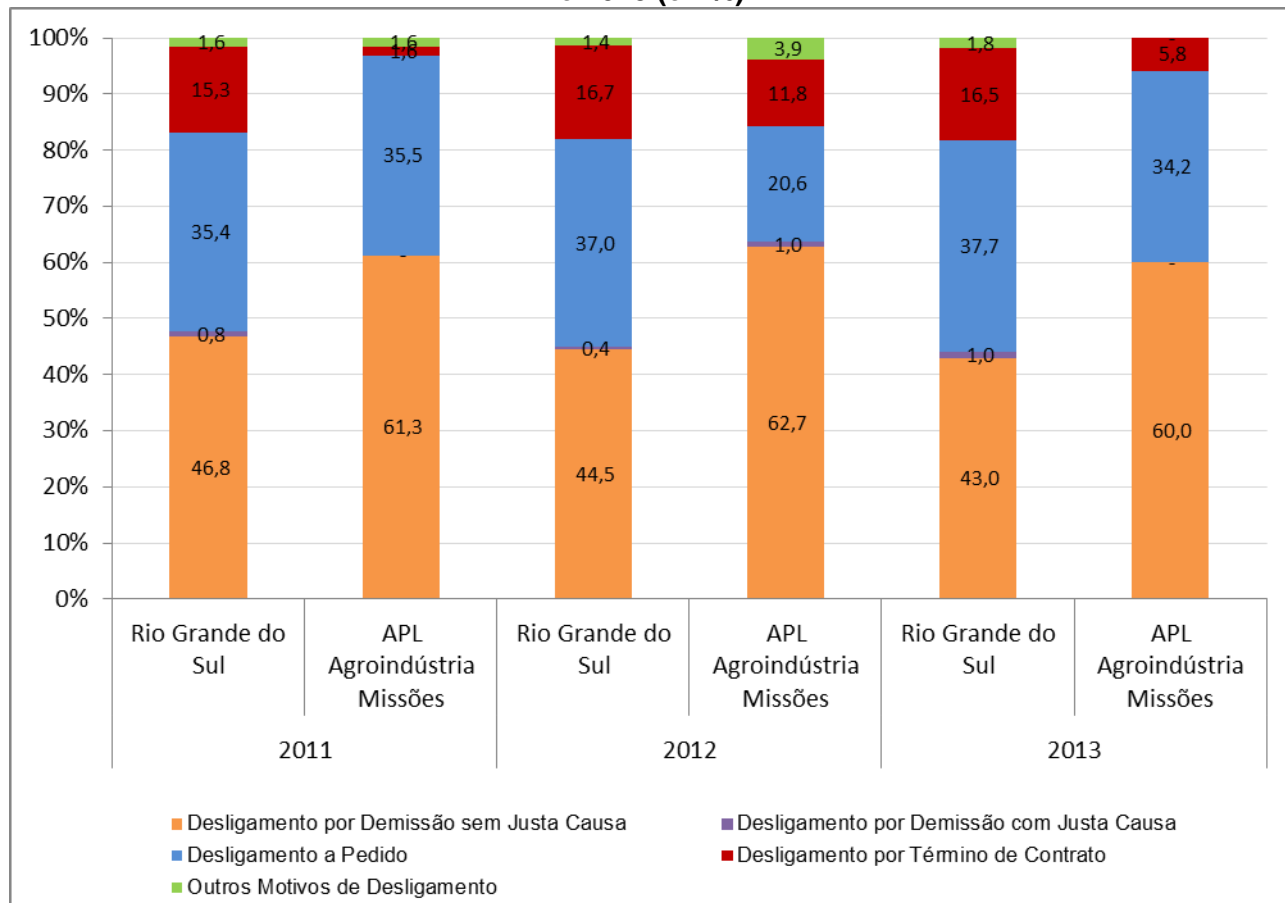
Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõe o APL excluindo-se os municípios que compõe o APL.

No que se referem aos desligamentos, três tipos representam a totalidade. Os trabalhadores desligados por Demissão sem justa causa respondem por 60% dos desligamentos de setembro a novembro de 2013, seguido por Desligamento a pedido (34,2%) e Desligamento por término de contrato (5,8%), como pode ser visto no Gráfico 3. Nota-se que em relação à 2011 e a 2012, houve estabilidade nos desligamentos sem justa causa. A maior diferença fica por conta do ano de 2012, quando os desligamentos por término de contrato aumentam bastante, respondendo por 11,8% dos desligamentos. O que mais chama atenção é que, nas mesmas atividades do APL, em outras regiões do estado, a participação das demissões por iniciativa do empregador é significativamente menor, em detrimento de maior participação das demissões por término de contrato. Ao se comparar com os dados do Boletim anterior, percebe-se certa continuidade dos dados, em que pese a menor

participação dos desligamentos por demissão sem justa causa para os dados de setembro a novembro.

GRÁFICO 3
Distribuição dos desligamentos segundo o tipo de desligamento
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013 (em%)



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014

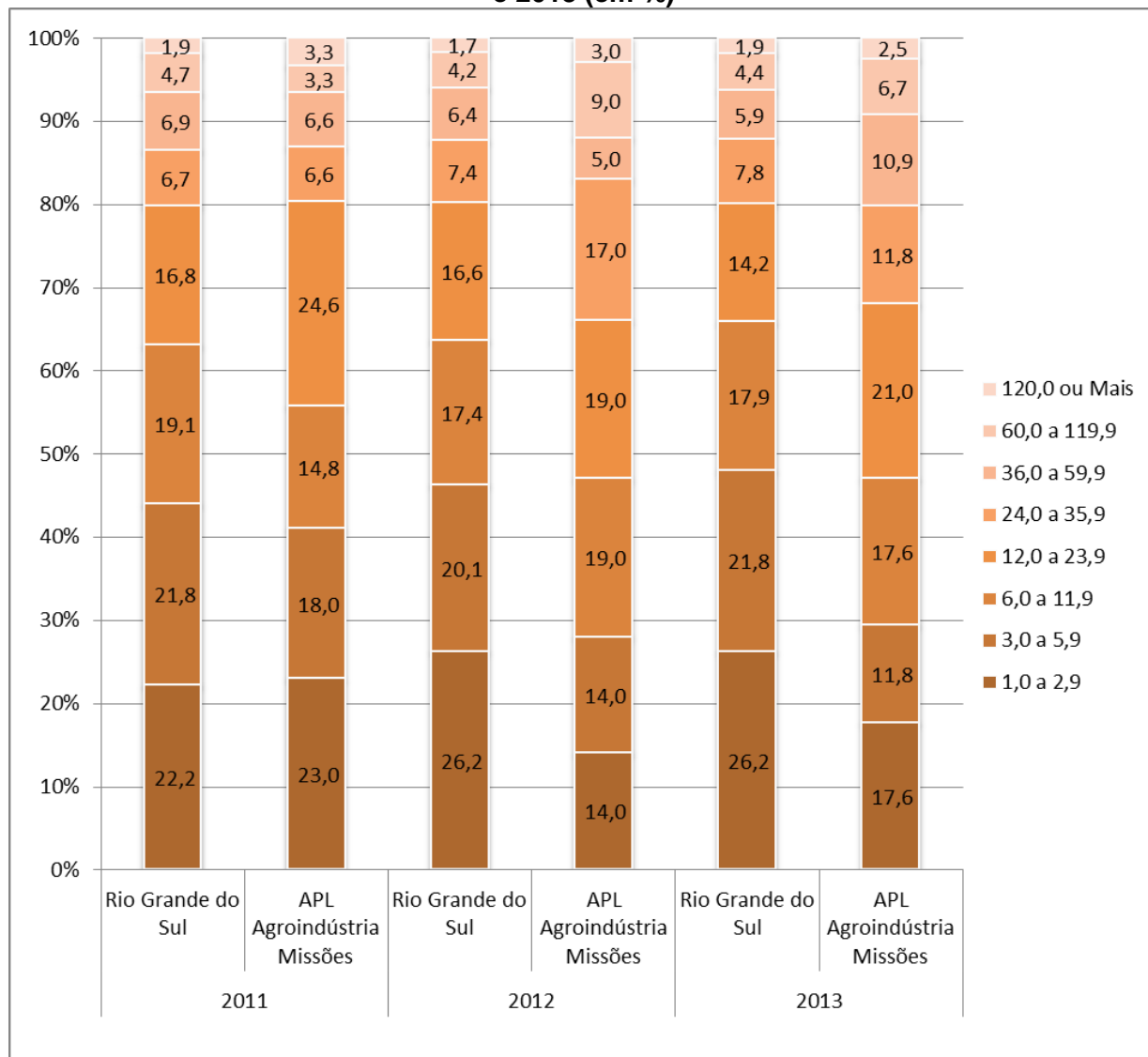
Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõe o APL excluindo-se os municípios que compõe o APL.

No APL Agroindústria Familiar Região Missões, no período de janeiro e agosto de 2013, 47% dos desligamentos ocorreram com trabalhadores que possuíam menos de um ano no emprego, sendo que 29,4% não ultrapassaram 6 meses e 17,6% deles foram desligados antes de completar 3 meses de trabalho (Gráfico 4). Em comparação ao mesmo período dos anos anteriores, se observa pequena mudança, já que registrou também um contingente similar de trabalhadores com desligamentos com até um ano de trabalho. Há somente pequenas diferenças entre os desligamentos com menos de um ano. Ao se comparar as mesmas atividades econômicas que compõe o APL nos demais municípios do estado do Rio Grande do Sul, verifica-se um percentual muito mais significativos desligamentos, onde os trabalhadores possuíam menos tempo no emprego - em média 64,2% dos desligamentos foram de trabalhadores com até um ano de trabalho, no entanto, cabe salientar que esse resultado pode estar diretamente relacionado com as modalidades de desligamentos observadas para essas

regiões – Contratos por prazos determinados. A principal diferença com relação aos Boletim passado fica por conta da ligeiro aumento do tempo de trabalho no Rio Grande do Sul, sobretudo nas faixas de tempo inferiores.

GRÁFICO 4
Distribuição dos desligamentos segundo o tempo de permanência no emprego
Rio Grande do Sul⁽¹⁾ e APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012
e 2013 (em %)



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.

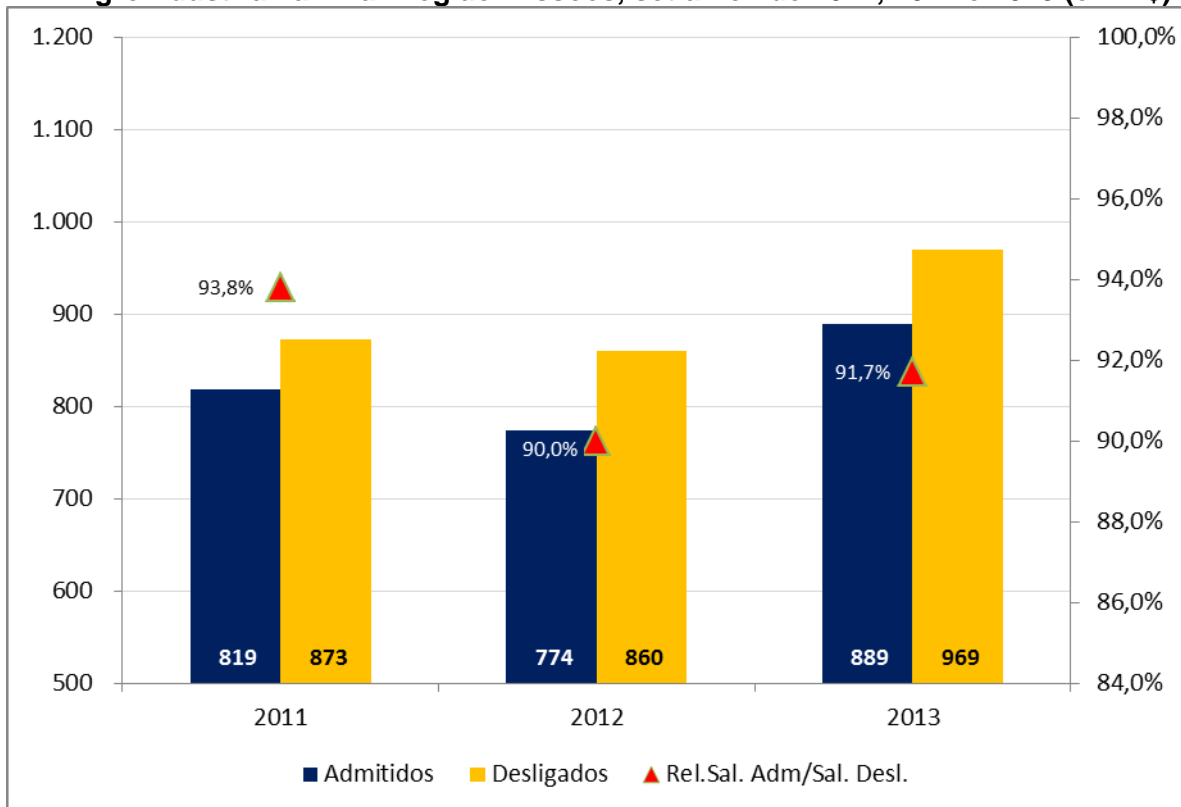
Elaboração: DIEESE

(1) Os dados para o estado do Rio Grande do Sul estão restritos a aquelas atividades que compõe o APL excluindo-se os municípios que compõe o APL.

Levando em conta os salários médios, no período de setembro a novembro de 2013, tem-se que o dos desligados foi de R\$ 969 e o dos admitidos R\$ 889, ou seja, em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 91,7% do salário médio do trabalhador desligado. Chama atenção que ao invés de um aumento real nos salários, ocorre uma redução em relação entre 2011 e 2012, período em que o salário dos admitidos passa de R\$819 para R\$774 e dos desligados de R\$873 para R\$860. Em relação ao hiato (diferença entre os salários médios dos

admitidos em relação aos salários médios dos desligados) dos salários de admitidos e desligados, percebe-se redução entre 2011 e 2012, seguida por aumento entre 2012 e 2013. (Gráfico 5). Mais uma vez as diferenças entre os dados deste boletim e do anterior são de pequena monta, se restringindo a pequenas mudanças no nível dos salários médios.

GRÁFICO 5
Salário médio de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento
APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013 (em R\$)⁽¹⁾

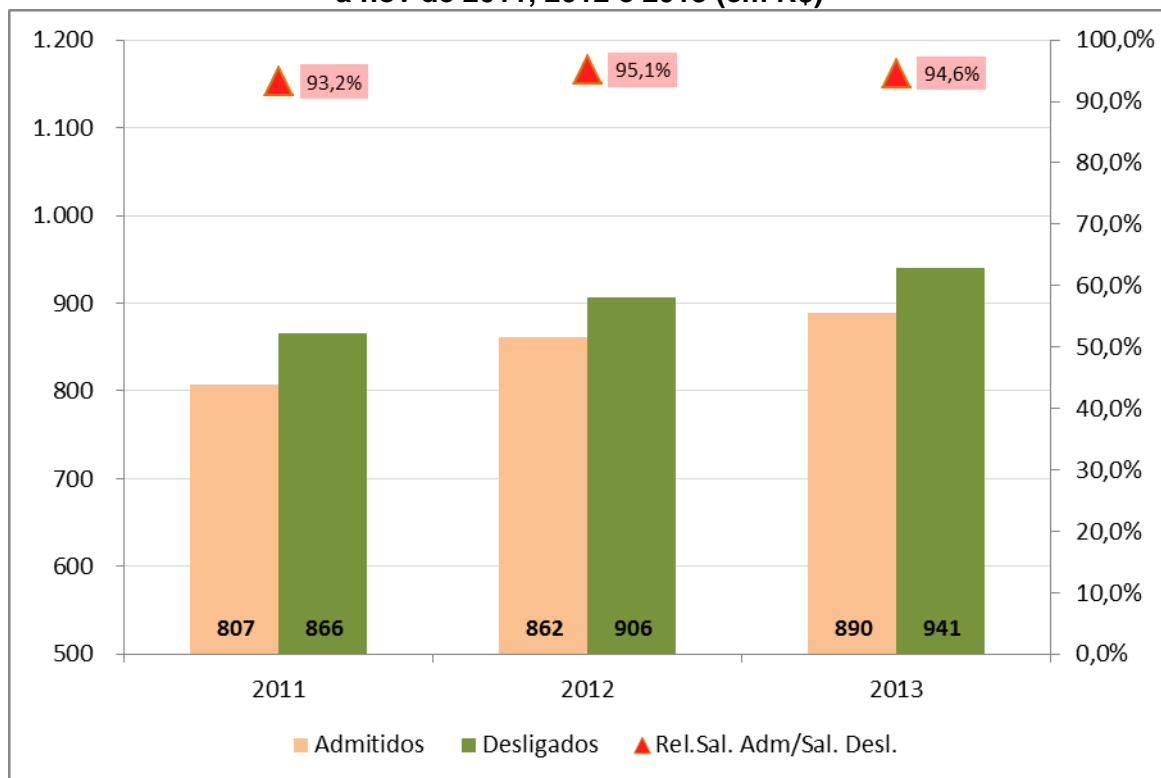


Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014.
 Elaboração: DIEESE
 (1) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

Naquelas mesmas atividades econômicas do APL no estado do Rio Grande do Sul (exceto os municípios do APL) observa-se que, a média salarial dos admitidos entre janeiro e agosto de 2013 foi igual a R\$ 890 e entre os desligados, igual a R\$ 941; tanto para os admitidos quanto para os desligados, identifica-se crescimento (aumento real) em comparação com os anos anteriores – diferente do que se observou no APL. A relação dos salários de admissão/desligamento em 2011 correspondia a 93,2% em 2012 passou para 95,1%, e, em 2013 foi igual a 94,6%. Outro ponto é a variação dos salários do APL comparado a variação dos salários das mesmas atividades para os outros territórios do estado. Na comparação entre as médias salariais pagas a trabalhadores do APL comparado a aqueles trabalhadores nas mesmas atividades em outras regiões do estado, reside nas variações entre os anos observados, uma vez que, no APL de 2011 para 2012 houve uma redução

real de 0,7% nos salários dos admitidos e entre 2012 e 2013 uma redução de -1,9%; já excluídos o território do APL houveram os aumentos no período de 2011/2012 igual a 6,7% de 2012/2013 de 3,2% (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Salário médio de admissão e de desligamento e a relação salário de admissão e desligamento
Rio Grande do Sul⁽¹⁾, exceto municípios do APL Agroindústria Familiar Região Missões, set a nov de 2011, 2012 e 2013 (em R\$)⁽²⁾



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 23/01/2014

Elaboração: DIEESE

(1) Considerando apenas as atividades econômicas que compõe o APL e excluindo os municípios que compõe o APL.

(2) Deflacionados pelo INPC/IBGE a preços de novembro de 2013

2. OS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS¹⁰ NO APL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR REGIÃO MISSÕES

Atualmente, os microempreendedores individuais no APL Agricultura Familiar Região Missões totalizam 87, com concentração expressiva nos municípios de Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga, que respondem juntos por 48 deles, ou seja, 55,2% do total de MEIs do APL. Os demais municípios não apresentam grande relevância no APL. Assim como esperado, os municípios com maior participação no APL, em termos de empresas e empregos, foram também aqueles com maior participação no número de MEIs. Outro dado relevante é a participação dos MEIs do APL no total de MEIs no território. Como pode ser visto, tal participação é irrisória, os MEIs do APL respondem por somente 1,7% dos MEIs do território (Tabela 9).

TABELA 9
Distribuição dos Microempreendedores Individuais entre os municípios do APL
APL Agricultura Familiar Região Missões, 2014

Município	Microempreendedores Individuais - Total [A]	Microempreendedores Individuais - APL [B]	Participação dos municípios no total (%) - APL	Participação do APL no total (%) [B/A]
Bossoroca	99	2	2,3	2,0
Caibaté	47	0	0,0	0,0
Cerro Largo	400	7	8,0	1,8
Dezesseis de Novembro	22	1	1,1	4,5
Entre-Ijuís	177	3	3,4	1,7
Eugênio de Castro	25	0	0,0	0,0
Garruchos	47	0	0,0	0,0
Giruá	295	3	3,4	1,0
Guarani das Missões	131	2	2,3	1,5
Mato Queimado	15	0	0,0	0,0
Pirapó	17	1	1,1	5,9
Porto Xavier	235	1	1,1	0,4
Rolador	21	0	0,0	0,0
Roque Gonzales	188	4	4,6	2,1
Salvador das Missões	44	1	1,1	2,3
Santo Ângelo	1931	24	27,6	1,2
Santo Antônio das Missões	261	10	11,5	3,8
São Luiz Gonzaga	830	24	27,6	2,9
São Miguel das Missões	128	1	1,1	0,8
São Nicolau	99	2	2,3	2,0
São Paulo das Missões	78	1	1,1	1,3
São Pedro do Butiá	34	0	0,0	0,0
Sete de Setembro	15	0	0,0	0,0
Ubiretama	10	0	0,0	0,0
Vitória das Missões	29	0	0,0	0,0
Total	5178	87	100,0	1,7

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 07/02/2014.
Elaboração: DIEESE.

¹⁰ O total do MEI inclui MEIs que formalizaram seu registro por meio do Portal do Empreendedor que formam a grande maioria, somados, aos empresários Individuais Microempresas (ME) que fizeram a opção, no Portal do Simples Nacional, de converter seus registros em Microempreendedores Individuais.

No tocante à distribuição dos empreendedores individuais segundo atividade econômica (Tabela 10) a concentração é ainda mais evidente. Do total de MEIs do APL, 52 (24,1%) estão concentrados na atividade de *Fabricação de produtos de Panificação*. Na sequência aparece *Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, Exceto Móveis* que concentra 21 MEIs (59,8%); juntas as duas atividades somam 85,6%. Interessante notar que ao contrário do ocorrido na distribuição por municípios, na distribuição por atividades econômicas, duas atividades que são pouco representativas em termos de emprego, apareceram com maior expressão no número de MEIs. Da mesma forma, atividades com expressão no emprego com pouca ou nenhuma relevância nos MEIs, como *Criação de Suínos* e *Criação de Bovinos*. Isto se deve, provavelmente, à natureza destas atividades que demandam maior aplicação em terra e mão de obra. Mesmo assim, é importante notar que *Fabricação de produtos de Panificação* é responsável pela maior parte dos estabelecimentos do APL.

Tabela 10
Distribuição dos Microempreendedores Individuais entre atividades econômicas
APL Agricultura Familiar Região Missões, 2014

Atividade econômica	Microempreendedores Individuais - Total	Participação no total (%)
Fabricação de Outros Produtos Têxteis não Especificados Anteriormente	1	1,1
Fabricação de Conservas de Frutas	1	1,1
Fabricação de Açúcar em Bruto	1	1,1
Fabricação de Amidos e Féculas de Vegetais e de óleos de Milho	1	1,1
Fabricação de Sucos de Frutas, Hortaliças e Legumes	1	1,1
Fabricação de Artefatos de Couro não Especificados Anteriormente	9	10,3
Fabricação de Artefatos de Madeira, Palha, Cortiça, Vime e Material Trançado não Especificados Anteriormente, exceto móveis.	21	24,1
Fabricação de Produtos de Panificação	52	59,8
Total	87	100,0

Fonte: MDIC, Portal do Empreendedor. Dados extraídos em 07/02/2014
Elaboração: DIEESE.

CONCLUSÃO

As agroindústrias familiares rurais emergem de iniciativas dos agricultores familiares e empreendedores familiares, somado aos esforços do poder público, para fazer frente ao quadro de exclusão social, produtiva e econômica. A propriedade comumente é do próprio agricultor familiar, individualmente ou em grupo, que também dirige o processo produtivo, utilizando a mão de obra familiar complementado pelo trabalho assalariado. A agricultura familiar tem um papel fundamental na geração de emprego e renda no campo, se destacando como um dos setores que mais ocupam mão de obra na economia brasileira (DIEESE, 2012). Além do mais, é expressivo o seu resultado na produção de alimentos.

Ademais, a necessidade de valorização desses trabalhadores decorre de um enfrentamento a um processo econômico mundial de valorização de intermediários e desvalorização do produtor; as políticas públicas de incentivo, entre elas aquelas voltadas aos Arranjos Produtivos Locais, devem imbuir ações que contribuem para tais enfrentamentos.

A partir das análises dos saldos de emprego do período de setembro a novembro de 2013 em comparação com o mesmo período dos dois anos imediatamente anteriores, notou-se uma retomada na criação de novas vagas no APL em 2013 após queda expressiva de 2011 para 2012. Tal comportamento não foi compartilhado pelo mercado de trabalho, das mesmas atividades do APL, brasileiro e gaúcho no período – que passaram por desaceleração. De setembro a novembro de 2013 o APL registrou saldo positivo de 33 novas vagas.

Dentre os municípios que compõem o APL, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga continuam se destacando pela contribuição positiva de 20 e 11 novas vagas, respectivamente. Em relação às atividades, os destaques também se mantiveram os mesmos do período de janeiro a agosto: *Fabricação de Produtos Alimentícios não Especificados Anteriormente* com saldo igual a 24 e *Criação de Bovinos* com um saldo positivo de 16 vagas.

Outra estatística que ajuda a entender a estrutura do mercado de trabalho formal no APL é a distribuição do emprego em relação ao tamanho dos estabelecimentos. No APL Agroindústria Familiar Região das Missões, a participação do emprego em estabelecimentos com até 4 vínculos de trabalho se destacou para o período, nos três anos analisados, sempre com saldos positivos e superiores às demais atividades. A exceção ficou por conta de 2013, quando os estabelecimentos com 50 a 99 vínculos (com saldo de 20 empregos) superaram aqueles com até 4 (saldo de 15).

Em relação aos atributos dos trabalhadores, três são as principais características: sexo, escolaridade e faixa etária. Em relação ao sexo, viu-se que os homens respondem com maior intensidade às flutuações de emprego. Para os dados analisados, quando o saldo geral do APL diminui, o saldo dos homens diminui com mais intensidade. Quando o saldo geral cresce, o dos homens cresce também com mais intensidade. Já para escolaridade, Ensino Médio Completo foi a faixa que ocupou a maior parte dos saldos em 2013, seguido de Fundamental Completo; situação bem semelhante àquela encontrada para o período de janeiro a agosto. Quanto à faixa etária, em 2013 a maior parte do saldo se deveu a trabalhadores com de 18 a 24 anos, seguido por aqueles com até 17 anos¹¹.

Entre as famílias ocupacionais com maior saldo positivo, obtiveram destaque os *Alimentadores das Linhas de Produção* que em 2013 registrou saldo de 16 postos de trabalho, seguida dos *Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral* com saldo de 9 postos. Interessante notar que a principal ocupação se refere a atividades econômicas tipicamente urbanas e fabris.

Quando se analisa a movimentação do trabalhador no APL Agroindústria Familiar Região das Missões pode-se perceber, do ponto de vista das admissões, que a maior parte delas ocorreu por Reemprego (72,3%) seguido do Primeiro Emprego (27,7%). O percentual de trabalhadores admitidos por Primeiro emprego, realmente chama atenção, uma vez que, é significativamente maior, quando comparado com as mesmas atividades do estado em outros territórios (em 2013 foi de 13,1%). Na análise dos desligamentos viu-se que 60,0% dos desligamentos, também de setembro a novembro de 2013, foram demissões sem justa causa, seguido por desligamento a pedido (34,2%) e desligamento por término de contrato (5,8%).

A média salarial mensal paga aos desligados no APL foi de R\$ 969, e o dos admitidos R\$ 889. Em média, o trabalhador admitido neste período recebia um salário que correspondia a 91,7% do salário médio do trabalhador desligado. Comparando com os anos anteriores, percebe-se também que houve diminuição do salário real entre 2011 e 2012, e aumento entre 2012 e 2013. Além do mais, os salários médios do APL foram superiores, em todos os períodos de análise, aos salários das outras regiões do Estado, para as mesmas atividades.

¹¹ A faixa etária mínima ao ingresso no mercado de trabalho formal brasileiro é 16 anos, conforme CLT artigo 403, no entanto, de acordo com a Lei 10.097 de 2000 (Lei da Aprendizagem) os jovens com 14 anos ou mais, podem ser empregados na modalidade de aprendiz.

REFERENCIAS

AGÊNCIA GAÚCHA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Plano de implantação da política industrial Desenvolvimento Econômico do RS. Porto Alegre, 2013.

GUERRERO, G.; CONCEIÇÃO, C. **Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais no Estado do Rio Grande do Sul**. Textos para discussão FEE. Porto Alegre: n 12, março de 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>. Acesso em Nov. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.839 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1381329396_Lei%20Estadual%2013.839%20-%20Institui%20a%20Politica%20Estadual%20de%20Fomento%20a%20Economia%20da%20Cooperacao.pdf>. Acesso em 06/02/2014.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Lei 13.840 de 5 de dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2013840&idNorma=1146&tipo=pdf>>. Acesso em 06/02/2014.

VARGAS, M. **Nota metodológica do Projeto Elementos para o desenvolvimento de uma tipologia de APLs**. Rio de Janeiro: [s.d], Redesist/UFRJ.

Arranjos produtivos locais: aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território que apresentem especialização produtiva e que mantenham vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras instituições locais, tais como órgãos e entidades públicos, associações, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, instituições de crédito, ensino e pesquisa, geradores de externalidades econômicas positivas e de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social (Lei 13.839 de 5 dezembro de 2011).

Atividade econômica: Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal. O IBGE possui, dentre outras, uma classificação de nove setores de atividade econômica: extrativa mineral; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca; e ‘outros’.

Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, de periodicidade mensal e que contém as declarações de estabelecimentos com movimentação (admissões ou desligamentos) prestada até o dia 7 do mês subsequente à movimentação.

CBO (Classificação Brasileira de Ocupações): é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, e tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

Clusters: Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. No setor industrial é um termo utilizado para destacar agrupamentos ou ramos industriais.

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): É um instrumento padrão de

classificação para identificação das unidades produtivas do Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. É desenvolvida sob a coordenação do IBGE, de forma compatível com a *International Standard Industrial Classification* – ISIC, terceira revisão aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1989 e recomendada como instrumento de harmonização das informações econômicas em âmbito internacional.

Família ocupacional: cada família ocupacional constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor é medido pelo IBGE em 11 capitais brasileiras. Consideram-se apenas famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos.

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais): É um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se de uma espécie de censo anual, dado que todos os estabelecimentos que tenham vínculos empregatícios (celetistas ou estatutários), inclusive aqueles estabelecimentos que, nesse ano, não tenham vínculos empregatícios (RAIS Negativa), devem responder. Em geral, o prazo para a entrega da RAIS é sempre no início do mês de março, referente ao ano base imediatamente anterior.

Saldo do emprego: resultado da diferença entre admissões e desligamentos nos estabelecimentos declarantes do Caged. Indica o emprego efetivamente criado no período.

Variação percentual do estoque de emprego (%): Indica o aumento ou a diminuição do estoque do emprego em decorrência da criação/perda de empregos no período. É calculado através da fórmula: saldo da movimentação do mês/ano ÷ estoque inicial do mesmo mês de referência x 100.

Alimentadores de Linhas de Produção: Preparam materiais para alimentação de linhas de produção; organizam a área de serviço; abastecem linhas de produção; alimentam máquinas e separam materiais para reaproveitamento. Formação e Experiência: O trabalho é exercido por pessoas com escolaridade de quarta à sétima série do ensino fundamental, acrescido de curso de qualificação profissional de nível básico, com, no máximo, duzentas horas de duração. O exercício pleno da função se dá em menos de um ano de experiência profissional.

Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral: Supervisionam diretamente uma equipe de trabalhadores agropecuários em sua lida no campo, na alimentação, reprodução e reposição de animais e nos tratos culturais; administram mão-de-obra e treinam a equipe de trabalho; planejam atividades e controlam qualidade e produtividade agropecuária; negociam insumos, produtos e equipamentos agropecuários e realizam manutenção em equipamentos. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer, no mínimo, ensino fundamental. Geralmente, o aprendizado profissional advém da prática de um a dois anos na área.

Auxiliares de Laboratório da Saúde: Coletam material biológico, orientando e verificando preparo do paciente para o exame. Auxiliam os técnicos no preparo de vacinas; aviam fórmulas, sob orientação e supervisão. Preparam meios de cultura, estabilizantes e hemoderivados. Organizam o trabalho; recuperam material de trabalho, lavando, secando, separando e embalando. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Formação e Experiência: O exercício dessas ocupações requer ensino fundamental e médio, acompanhado de qualificação no próprio emprego ou em instituição de formação profissional. A tendência ao aumento de requisitos de qualificação dessas ocupações se iniciou nos grandes laboratórios e começa a atingir os hospitais e hemocentros, elevando a escolaridade para o nível médio, com incentivos para que o pessoal conclua curso técnico profissionalizante na área.

Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte: Supervisionam e planejam o manejo e a alimentação do rebanho. Controlam sanidade e organizam a reprodução dos animais; condicionam bovídeos e equídeos; beneficiam e comercializam rebanho e produtos derivados e administram a propriedade rural. Formação e Experiência: O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. A escolaridade dos produtores varia do ensino fundamental até o superior, com formação em veterinária e zootecnia, entre outras. O desempenho pleno das ocupações requer cinco anos de experiência com animais de grande porte.

Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos: Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Formação e experiência: Para o acesso às ocupações dessa família ocupacional requer-se o ensino médio completo, curso básico de qualificação de até duzentas horas/aula e de um a dois anos de experiência profissional.

Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações: Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício das ocupações requer-se ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho.

Padeiros, Confeiteiros e Afins: Planejam a produção e preparam massas de pão, macarrão e similares. Fazem pães, bolachas e biscoitos e fabricam macarrão. Elaboram caldas de sorvete e produzem compotas. Confeitam doces, preparam recheios e confeccionam salgados. Redigem documentos tais como requisição de materiais registros de saída de materiais e relatórios

De produção. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

Motoristas de Veículos de Cargas em Geral: Transportam, coletam e entregam cargas em geral; guincham, destombam e removem veículos avariados e prestam socorro mecânico. Movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança. Formação e experiência: Essas ocupações são exercidas por trabalhadores com formação de ensino fundamental e requer em cursos básicos de qualificação. O exercício pleno da atividade profissional se dá após o período de um a dois anos de experiência. Para a atuação é requerida supervisão permanente, exceto aos caminhoneiros autônomos.

Laboratoristas Industriais Auxiliares: Planejam o trabalho de apoio do laboratório e preparam vidrarias e materiais similares. Preparam soluções e equipamentos de medição e ensaios e analisam amostras de insumos e matérias-primas. Organizam o trabalho conforme normas de segurança, saúde ocupacional e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino médio concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

Gerentes de Marketing, Comercialização e Vendas: Elaboram planos estratégicos das áreas de comercialização, marketing e comunicação para empresas agroindustriais, industriais, de comercialização e serviços em geral; implementam atividades e coordenam sua execução; assessoram a diretoria e setores da empresa. Na área de atuação, gerenciam recursos humanos, administram recursos materiais e financeiros e promovem condições de segurança, saúde, preservação ambiental e qualidade. Formação e experiência: Essas ocupações são exercidas por profissionais com escolaridade de nível superior, do ensino regular ou cursos superiores de tecnologia (tecnólogos). O tempo requerido para o exercício pleno das funções é de quatro a cinco anos de experiência profissional.

Trabalhadores na Pecuária de Grande Porte: Supervisionam e planejam o manejo e a alimentação do rebanho. Controlam sanidade e organizam a reprodução dos animais; condicionam bovídeos e equídeos; beneficiam e comercializam rebanho e produtos derivados e administram a propriedade rural. Formação e Experiência: O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. A escolaridade dos produtores varia do ensino fundamental até o superior, com formação em veterinária e zootecnia, entre outras. O desempenho pleno das ocupações requer cinco anos de experiência com animais de grande porte.

Padeiros, Confeiteiros e Afins: Planejam a produção e preparam massas de pão, macarrão e similares. Fazem pães, bolachas e biscoitos e fabricam macarrão. Elaboram caldas de sorvete e produzem compotas. Confeitam doces, preparam recheios e confeccionam salgados. Redigem documentos tais como requisição de materiais registros de saída de materiais e relatórios de produção. Trabalham em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino fundamental concluído e curso básico de qualificação profissional de duzentas a quatrocentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

Operadores de Maquinas na Fabricação de Artefatos de Tecidos e Couros: Organizam máquinas na fabricação de tecidos e couros. Preparam as máquinas, interpretando ordem técnica e ficha técnica de produção e definindo sequência de operações de montagem. Recebem materiais para costura e montagem de artefatos. Preparam peças para montagem e montam artefatos. Costuram e dão acabamento em artefatos. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, meio ambiente, higiene e saúde. Formação e experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se entre a quarta e a sétima série do ensino fundamental. A qualificação profissional ocorre com a experiência prática no próprio

local de trabalho. O pleno desempenho das atividades é alcançado entre um e dois anos de experiência profissional.

Operadores de Maquinas e instalações de Produtos Farmacêuticos, Cosméticos e Afins: Planejam atividades de supervisão; supervisionam e otimizam processos de produção de produtos farmacêuticos, cosméticos e afins; supervisionam e treinam equipes de trabalho, assegurando o cumprimento de normas e zelando pela segurança, saúde e meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício do trabalho requer-se preferencialmente pessoal com curso superior de tecnólogo em áreas correlatas. O desempenho pleno das atividades profissionais ocorre após três a quatro anos de experiência. Devem ser classificados nesta epígrafe os supervisores que chefiam diretamente apenas uma equipe de trabalhadores de chão-de-fábrica.

Mantenedores de Elevadores, Escadas e Portas Automáticas: Instalam elevadores, escadas rolantes, portas e portões automáticos, organizando a execução de serviços e preparando locais para instalação dos equipamentos. Realizam manutenção preventiva e corretiva em sistemas e equipamentos. Redigem documentos técnicos, orçamentos, relatórios de serviços diários, solicitação de materiais e outros e trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Formação e Experiência: Para o exercício dessas ocupações requer-se ensino médio incompleto e curso básico de qualificação profissional em torno de duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre entre um e dois anos de experiência profissional.

Contínuo: Transportam correspondências, documentos, objetos e valores, dentro e fora das instituições, e efetuam serviços bancários e de correio, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários; auxiliam na secretaria e nos serviços de copa; operam equipamentos de escritório; transmitem mensagens orais e escritas. Formação e Experiência: Para exercer essa ocupação exige-se escolaridade de quarta a sétima série do ensino fundamental, podendo o trabalhador fazer cursos profissionalizantes básicos de até duzentas horas/aula.

ANEXOS

ANEXO 1

Classes de Atividade Econômica e Municípios que compõe o APL Agroindústria Familiar Corede Missões do estado do Rio Grande do Sul

CLASSES NÍVEL 5	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1629-3	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA, VIME E MATERIAL TRANÇADO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, EXCETO MÓVEIS.
1529-7	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1359-6	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1031-7	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS.
1032-5	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS.
1033-3	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES.
1033-3	FABRICAÇÃO DE SUCOS DE FRUTAS, HORTALIÇAS E LEGUMES.
1069-4	MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS e MOAGEM E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE. Fabricação de vinagres.
0163-6	ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA E À PECUÁRIA; ATIVIDADES DE PÓS-COLHEITA.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA INFUSÃO (CHÁ, MATE, ETC.).
0151-2	CRIAÇÃO DE BOVINOS, CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA LEITE.
1051-1	PREPARAÇÃO DO LEITE.
1071-6	FABRICAÇÃO DE AÇÚCAR EM BRUTO
0119-9	CULTIVO DE PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Continua...

0154-7	CRIAÇÃO DE SUÍNOS.
1091-1	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUÇÃO PRÓPRIA.
1111-9	FABRICAÇÃO DE AGUARDENTES E OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS, FABRICAÇÃO DE AGUARDENTE DE CANA-DE-AÇÚCAR.
0132-6	PRODUÇÃO DE LAVOURAS PERMANENTES. CULTIVO DE UVA.
1112-7	FABRICAÇÃO DE VINHO.
1099-6	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, FABRICAÇÃO DE VINAGRES.
0119-9	CULTIVO DE PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, CULTIVO DE MANDIOCA.
1063-5	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS.
1065-1	FABRICAÇÃO DE AMIDOS E FÉCULAS DE VEGETAIS E DE ÓLEOS DE MILHO.

DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS ABRANGENTES AO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COREDE MISSÕES:

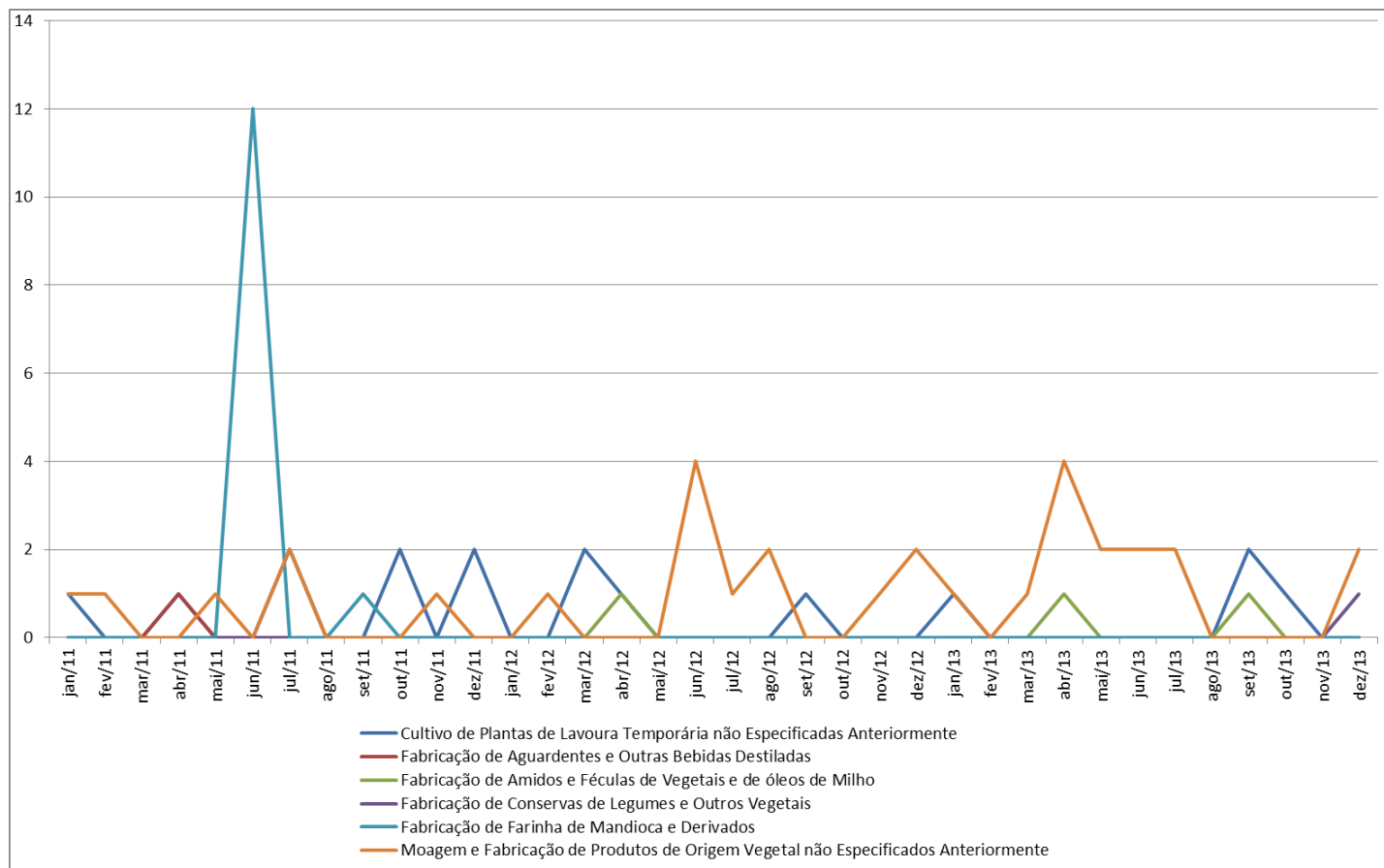
Bossoroca; Caibaté; Cerro Largo; Dezesseis de Novembro; Entre-Ijuís; Eugênio de Castro; Garruchos; Giruá; Guarani das Missões; Mato Queimado; Pirapó; Porto Xavier; Rolador; Roque Gonzales; Salvador das Missões; Santo Ângelo; Santo Antônio das Missões; São Luiz Gonzaga; São Miguel das Missões; São Nicolau; São Paulo das Missões; São Pedro do Butiá; Sete de Setembro; Ubiretama; e Vitória das Missões.

Fonte: AGDI

Disponível em: http://www.agdi.rs.gov.br/upload/1351252461_Delimita%C3%A7%C3%A3o%20-%20APL%20Agroind%C3%BAstria%20Familiar%20Miss%C3%B5es.pdf

ANEXO 2

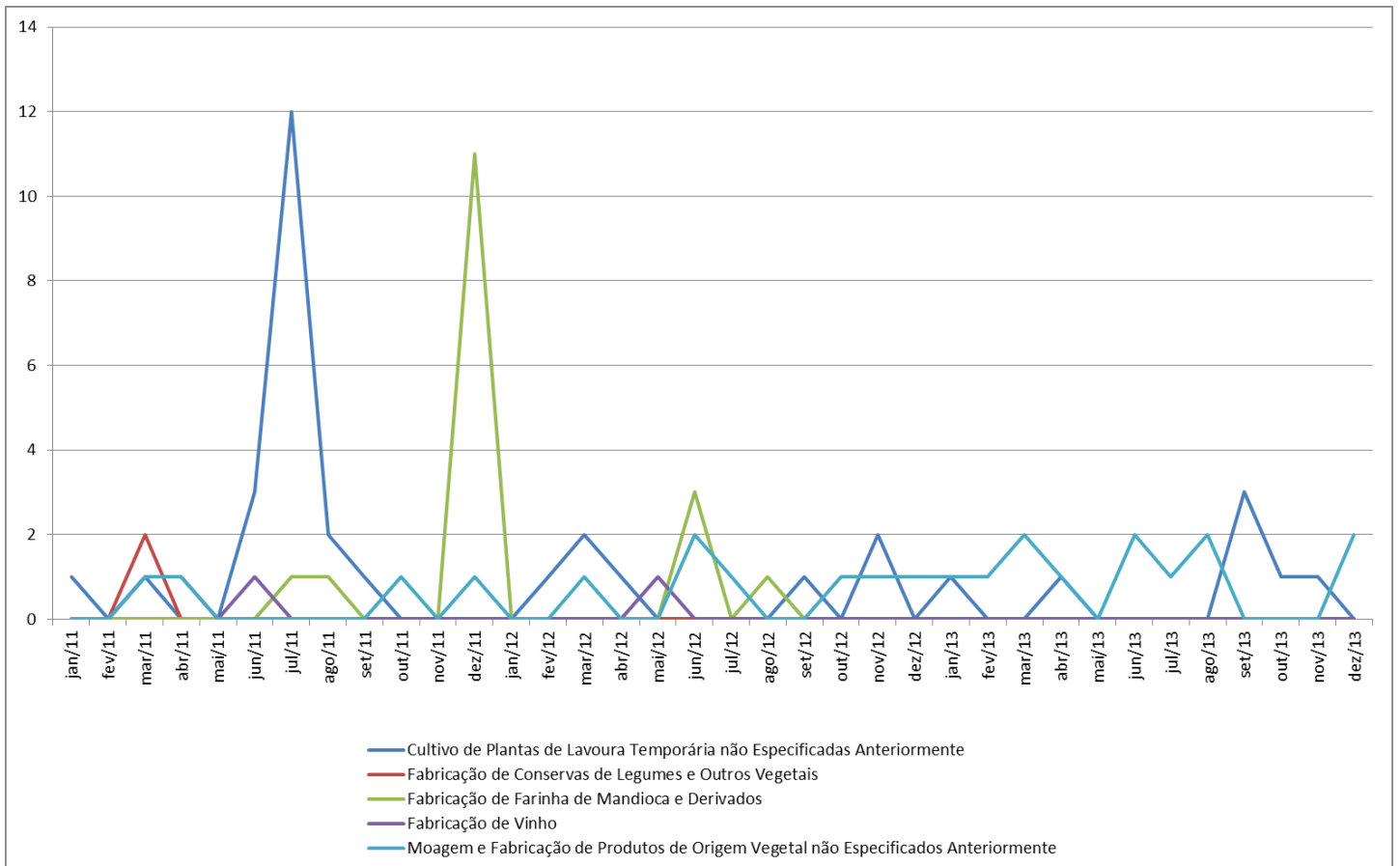
Admissões por classe de atividade econômica
 APL Agroindústria Familiar – Região Missões, jan a dez de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 24/03/2014
 Elaboração: DIEESE

ANEXO 3

Admissões por classe de atividade econômica
APL Agroindústria Familiar – Região Missões, jan a dez de 2011, 2012 e 2013



Fonte: MTE/Caged. Consulta realizada em 24/03/2014
Elaboração: DIEESE